

# Vantagem da centralização do serviço para o cumprimento de determinações judiciais do município de Campinas

Deise Barbieri Finatti – Priscila Garbin Vechini

## INTRODUÇÃO:

O aumento crescente das demandas judiciais para acesso a medicamentos não disponíveis pela atenção básica vem chamando atenção dos governantes e usuários do Sistema Único de Saúde, principalmente nos últimos anos. ( Santos, et al, 2006)

Dentre os principais problemas enfrentados pela Secretaria Municipal de Saúde para o atendimento de ordens judiciais no ano de 2008 podem ser citados: criação de comércio paralelo entre os pacientes, dificuldade de fracionamento dos itens, falta de orientação farmacêutica quanto ao uso correto, armazenamento correto, necessidade de transporte específico para as unidades de saúde de modo a cumprir o prazo estabelecido, necessidade de disponibilização de espaço físico seguro nas unidades para armazenamento dos medicamentos de alto valor financeiro, dentre inúmeras outras.

Diante das dificuldades encontradas, verificou-se a necessidade de reorganizar os processos de trabalho ligados ao cumprimento desta crescente demanda do município, para permitir o controle e agilidade no cumprimento dos processos, maior rigor na dispensação e regulamentação do uso dos medicamentos e materiais enviados aos pacientes que possuem determinação judicial.

## OBJETIVOS:

Demonstrar as vantagens da criação de um serviço centralizado para controlar e agilizar os fluxos dos processos judiciais e de ser referência aos pacientes e gestores do município no cumprimento das determinações judiciais.

## METODOLOGIA:

Foram transferidos os processos de ação judicial, bem como arquivos e recibos, os processos de planejamento e solicitação de aquisição do Departamento Administrativo para o Almoxarifado e encaminhadas orientações aos Centros de Saúde para orientar aos pacientes a retirar itens de ação judicial no Almoxarifado da Saúde.

## RESULTADOS:

1 – Agilidade no cumprimento dos prazos de fornecimento determinados nas ações judiciais;

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SANTOS, C. C., GUIMARÃES, L. G., GONÇALVES, S. A. Estratégias para reorganização e otimização das atividades destinadas ao fornecimento de medicamentos demandados judicialmente contra a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. 2006. Trabalho de especialização para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública da Assistência Farmacêutica - Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, Brasília. DF.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência Farmacêutica:** Medicamentos de Dispensação em Caráter Excepcional, Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília-DF: BRASIL, 2004. 64 p. (CONASS Documenta nº 5). Disponível em: <<http://www.conass.com.br>> Acesso em: 04 de junho de 2009.

2- Garantia de consumo dos medicamentos dispensados, por solicitação periódica de apresentação de receituários médicos e laudos de prescritores capacitados.

3- Realização de dispensação por prazo menor de tempo, permitindo o melhor gerenciamento dos estoques e otimização dos recursos financeiros do município.

4- Diminuição do número de queixas dos pacientes e familiares com problemas relacionados à demora na entrega dos itens e erros de dispensação.

5- Diminuição em 100% da necessidade de viaturas de transporte da Prefeitura até as unidades

6- Garantia de retirada do paciente ou responsável, facilitando o arquivo dos recibos assinados;

7- Permite a conferência direta com os pacientes dos itens entregues, evitando a entrega de medicamentos desnecessários ou não compatíveis com a prescrição apresentada.

8- Permite rastrear os óbitos, liminares suspensas ou suspensão dos tratamentos.

9- Facilidade de intercâmbio com outras unidades dispensadoras de itens de ação judicial, permitindo a aquisição de itens com dificuldade de compra, ou que necessitam ser dispensados imediatamente e evita a dispensação em duplicidade nas ações solidárias.

## NECESSIDADES

1- Estrutura física adequada para o atendimento dos pacientes e para a realização de orientações farmacêuticas.

2- Funcionários específicos para o setor de ação judicial, evitando o acúmulo de funções aos funcionários do Almoxarifado e à farmacêutica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante da atual situação de aumento do número de processos judiciais e da perspectiva desse número ser cada vez maior, surge imediatamente a necessidade de estruturar, organizar e informatizar um serviço com condições de atender à essas demandas imediatas.

A criação de um serviço centralizado para tratar dos processos judiciais e para direcionar os pacientes com determinação de fornecimento, tem apresentado resultados vantajosos nesse sentido ao município e o investimento nesse serviço tem se tornado cada vez mais emergente a fim de garantir o cumprimento das demanda judiciais sem causar grandes prejuízos aos cofres públicos.



Coordenadoria  
Setorial de  
Recursos Materiais

Farmácia de  
Ação Judicial



SUS

Sistema  
Único  
de Saúde

Secretaria  
Municipal de Saúde  
de Campinas



Prefeitura  
Municipal de  
Campinas